



QUESTÃO Nº 1:

Apesar de terem raízes históricas em comum — o processo de queda do antigo regime e instauração do capitalismo em sua forma plena —, as perspectivas liberais e marxistas a respeito do poder, política e Estado contêm substanciais diferenças. Começamos pela perspectiva liberal clássica:

Locke parte do pressuposto do estabelecimento do contrato social na transição do estado de natureza da humanidade para seu estado civil. De acordo com o autor, o estado de natureza corresponde a um período pré político e pré social da sociedade. Assim, portanto, a primazia do indivíduo precede a sociedade. No estado de natureza, aponta Locke, há direitos à propriedade e certa paz social reinando entre os seres humanos. Diante desse pressuposto, portanto, Locke compreende que a liberdade e a propriedade são direitos naturais e serem preservados por qualquer governo.

Dessa forma, Locke compreende que uma série de conflitos gerados pela preservação da propriedade privada e da comunidade levarão a humanidade ao estado civil, estabelecido por um contrato social. O governante em questão deve preservar esse contrato, no sentido de preservar a propriedade e a comunidade. Se o governante quebra esse contrato para seu benefício próprio, ele está em rebelião com a comunidade, que por sua vez, tem direito de resistir.

Stewart Mill, por sua vez, compreende o liberalismo a partir de uma perspectiva ~~utilitarista~~ utilitarista. Para ele, o ser humano é maximizador do prazer e minimizador do sofrimento. Até mesmo na política. O bom governo, portanto, para Mill, é aquele que maximiza a felicidade de todos a partir de suas operações individuais.

Diferentemente de Locke, a perspectiva de Stewart Mill não parte de uma teoria de direitos naturais, mas, novamente, do utilitarismo. Para ele, o indivíduo livre pode contribuir melhor para a sociedade e a liberdade é necessária para o desenvolvimento da humanidade. A diversidade e o conflito são as forças motrizes para o desenvolvimento social, que não deve ter interferência do Estado. O papel deste, de acordo com o autor, é de preservar um sistema aberto, melhorar as potencialidades dos indivíduos e administrar que o consenso na sociedade predomine sobre a imposição de consenso amplo.

A perspectiva marxista, por sua vez, parte do método do materialismo histórico. Trata-se da compreensão de que as estruturas de produção são a realidade base da sociedade. Tratam-se das possibilidades da sociedade para a produção material, o que inclui também as forças de trabalho. De acordo com essa perspectiva, portanto, a luta de classes é o motor da história, influenciando no desenvolvimento das forças produtivas.

Em "Manuscritos econômicos e filosóficos", o jovem Marx desenvolve ideias como alienação e essência humana, pavimentando o caminho para o autor pensar em emancipação da humanidade. O conceito de alienação refere-se ao trabalho exteriorizado do ser humano. Isto é, o trabalho torna-se somente um meio para satisfazer as necessidades fora dele. Assim, as capacidades humanas são reduzidas de sua essência.

Riante desse prisma, Marx compreende que a circulação das mercadorias oculta o processo de trabalho ocorrido em sua produção. Apesar do trabalho ser responsável pela geração de valor, este fica à margem da percepção humana, gerando assim o fetichismo da mercadoria. Isto é, as relações humanas tornam-se relações entre coisas, não entre pessoas. Em outras palavras, o sistema produtivo passa a dominar as relações humanas.

Nesse contexto de consolidação do capitalismo, o desenvolvimento das forças produtivas influenciaria não só as relações entre seres humanos (alienados em relação aos outros) ou entre o humano e seu trabalho (alienado em relação ao seu trabalho), mas também moldaria o mundo à "imagem e semelhança" da burguesia, com a consolidação de Estado-nação e o livre funcionamento do mercado. Entretanto, o desenvolvimento das forças produtivas cria crises e contradições permanentes, separando a sociedade entre a burguesia (detentores dos meios de produção) e o proletariado, que só lhe resta vender sua força de trabalho para a burguesia, pois esta não são proprietária de nada. Assim, para além do antagonismo de classes, o desenvolvimento das forças produtivas geram também o antagonismo entre capital e trabalho. A expressão mais elementar desse antagonismo se dá na mais-valia. Isto é, a apropriação do tempo de trabalho do proletariado pela burguesia para além do necessário para reproduzir valor.

Dessa forma, Marx segue uma ascensão revolucionária da classe trabalhadora para superar o capitalismo. Entretanto, portanto o autor, há uma diferença substancial entre classe em si e classe para si. Além de serem atores inseridos em um processo

produtivos, as classes podem também tornar-se um movimento político. Entretanto, as elites sociais e as classes agem de acordo com as limitações das circunstâncias históricas dadas, criando certa fluidez nas forças políticas na conjuntura, com interesses que se agrupam de maneira provisória.

Entretanto, pontua Morse, se a classe trabalhadora passar por um processo abrangente de conscientização de classe, identificando seus interesses gerais enquanto classe para si em um movimento político, o proletariado pode concentrar todo o capital da burguesia no Estado em um processo revolucionário, tornando-se a classe dominante. Dessa forma, suprime-se a oposição de classes e, posteriormente, as próprias classes em geral e o próprio Estado. Esse período, portanto, seria o da ditadura revolucionária do proletariado. Um período de transição do capitalismo para o comunismo, onde o Estado seria o instrumento político da classe trabalhadora para suprimir a burguesia e, após o fim das classes, o próprio Estado perderia o motivo de ser, abrindo uma era de liberdade sem precedentes.

QUESTÃO N° 2

O que alimenta as motivações de um movimento político? Quais foram os motivos que levaram indivíduos a pintar o rosto de verde e amarelo, botar panfletos e participarem de manifestações pelo impeachment do presidente Dilma em 2016?

Intendemos, nessa questão, analisar tal fenômeno, que marcou a crise da democracia no Brasil, à luz das perspectivas apresentadas na questão anterior.

Crisis, é inequívoco que o período da história brasileira conhecido como Nova República foi marcado por instabilidade institucional, continuidade da ditadura civil-militar, pobreza, aumento progressivo do custo de vida e corrupção de políticos e gestores públicos.

Curiosamente, de todos esses problemas, o que mais chamou atenção da mídia foi o da corrupção - sobretudo a partir de 2003, quando Lula tornou-se presidente da república pelo partido dos trabalhadores. Além disso, os holofotes da mídia, no que diz respeito a esse ponto, voltaram-se muito mais ao PT que a outros partidos.

Talvez, o grande motivo deste alarde midiático se deu pelo reconhecimento da capacidade que esse ponto tem de mobilizar pessoas contra um governo. Desde

os tempos de Locke, é comumente reconhecido entre cidadãos o pressuposto de direito de resistência aos maus governantes. Um governo ruim, de acordo com Locke, é aquele que quebra os pressupostos do contrato social - a preservação do bem comum para a comunidade e a preservação da propriedade privada - para benefícios próprios. Se um governo quebra esses pressupostos, ele está então em rebelião com o povo que, por sua vez, tem o direito de resistência.

Assim, é inegável que o benefício de grupos de interesse por governantes, em detrimento do bem comum foi um fenômeno que marcou a Nova República. Entretanto, a canalização de toda essa insatisfação popular para a figura de Dilma, pontada pela mídia, obteve certo êxito por conta de um importante fator: a estetização da política.

David Harvey, teórico marxista contemporâneo, realiza a discussão da chamada ideologia pós-moderna e sua relação com tipos flexíveis de acumulação de capital e um novo ciclo de compressão de tempo e espaço no capitalismo. Como o autor, há duas amplas áreas de dificuldade do funcionamento do capitalismo: os mercados de fixação de preços e o controle do trabalho. Se o primeiro responde pelo controle da influência de grandes corporações na vitalidade do capitalismo, o segundo responde a uma lógica de repressão, familiarização, captação e cooperação. Em outras palavras, é necessário ao capitalismo que os indivíduos mantenham o regime de acumulação funcionando.

Nesse sentido, ao longo das mudanças dos regimes de acumulação e do trabalho, as percepções de espaço e tempo no capitalismo também se modificam, influenciando na visão e percepção de indivíduos inseridos na lógica de controle do trabalho. Assim, por exemplo, que com a crise de superacumulação nos anos 60, houve um forte movimento de mudanças estéticas e culturais.

O pós-modernismo, para Harvey, se trata de uma condição histórico-geográfica, onde práticas culturais se relacionam com as mudanças de percepções de espaço e tempo. Uma, no contexto das rápidas e aceleradas mudanças na sociedade brasileira nos últimos anos (sobretudo nas novas formas de comunicação), observamos uma das principais características do pós-modernismo apontada por Harvey nessas mudanças de estética e percepção de espaço e tempo: a estetização da política, a negação da história e da argumentação.

Quo, é evidente para nós a centralidade dessas características de controle do trabalho no processo de mobilização dos massas pela mídia: o direito de visitação aos mais governantes é exercido não através da razão política, mas através da estetização do mesmo, onde o sucesso de um antagonista se dá a partir de uma preferência estética, a partir das representações apresentadas pelo grande mídia na última cena.

QUESTÃO N°3:

Levando em consideração a abrangência e atualidade do tema, se faz necessário, nesse primeiro de quatro aulas, partir do concreto da realidade dos alunos para, em um segundo momento, chegarmos às teorias.

A aula será dividida em três momentos: uma discussão em grupos; uma apresentação, por um membro de cada grupo, do que foi discutido e, por fim, uma exposição introdutória do professor sobre os conceitos de contrato social (Locke), utilitarismo (Stuart Mill) e luta de classes (Marx).

As perguntas para provocar o debate entre os grupos de alunos serão:

- a) Quem está no poder no Brasil antes e depois do golpe?
- b) Quem estava no poder no Brasil durante a ditadura militar?

A opção por estas questões se dá, por um lado, pela abrangência histórica delas, capaz de estimular a percepção dos alunos a diferenciarem Estado, governo e classe com mais cuidado nos aulas seguintes e, por outro lado, para estimulá-los a pensarem as questões inerentes aos autores liberais clássicos, como contrato social, bem comum e utilitarismo. Dessa forma, se abrirá espaço para uma discussão de caráter mais teórico nos três aulas seguintes sobre o mesmo tema.